

EPISTEMOLOGIA CONTEMPORÂNEA EM DEBATE

# Crença verdadeira mais informação adequada: Fortalecendo a visão de Foley

*True Belief plus Adequate Information:  
Strengthening Foley's View*

\*Tiegue Vieira Rodrigues

**Resumo:** No livro *When is Knowledge True Belief?* (2012), Richard Foley apresenta uma teoria do conhecimento bastante simples e original, que pretende desbancar as rivais e reorientar a teoria do conhecimento: um sujeito S sabe alguma proposição p se e somente se S verdadeiramente crê que p e não lhe falta nenhuma informação importante. Michael Hannon, em seu artigo "Is Knowledge True Belief Plus Adequate Information?" (2013), faz uma objeção à visão de Foley, acusando-o de oferecer um argumento circular que, ao não diferenciar informação importante de informação não importante, acaba, em última instância, por fazer referência à própria noção de conhecimento. Acredito que a teoria apresentada por Foley está no caminho certo; porém, apresenta-se de forma incompleta. Neste artigo, apresento uma interpretação subjetivista de relevância epistêmica, proposta originalmente por Floridi, que complementa a visão proposta por Foley e rechaça as objeções levantadas por Hannon.

**Palavras-chave:** Conhecimento. Informação. Relevância.

**Abstract:** In *When is Knowledge True Belief?* (2012), Richard Foley offers an original and extraordinarily simple theory of knowledge which intends to overcome its rivals and reorient the theory of knowledge: a subject S knows some proposition p if and only if S truly believes that p and does not lack any important information. Michael Hannon, in his article "Is True Belief Knowledge Plus Adequate Information?" (2013), puts forward an objection to Foley's view which charges him of offering a circular argument that fails to distinguish important information from unimportant information without ultimately making reference to knowledge. I believe the theory presented by Foley is on the right

\* Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professor de Filosofia na Universidade Federal do Mato Grosso. <[tieguevieira@gmail.com](mailto:tieguevieira@gmail.com)>.



track; however, it is incomplete. In this article I present a subjective interpretation of epistemic relevance, originally proposed by Floridi, which is capable of complementing the view proposed by Foley and to reject the objection presented by Hannon.

**Keywords:** Knowledge. Information. Relevance.

Que é o conhecimento? Ou melhor, qual a natureza do conhecimento? Tradicionalmente, a epistemologia analítica tem se debruçado sobre esta questão de forma incansável, na tentativa de fornecer condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para o conhecimento. Embora haja muita controvérsia sobre quais as condições que satisfazem tal noção de conhecimento, duas condições são virtualmente incontestáveis, a saber, a condição da verdade e a condição da crença. Primeiramente, S sabe que  $p$  somente se  $p$  for verdadeira (a condição da verdade). A necessidade desta condição pode facilmente ser reconhecida, ao percebermos casos de crença falsa. Nenhum deles, sejam quais forem os detalhes que possam ser exibidos, qualificam-se enquanto casos de conhecimento. Segundo, S sabe que  $p$  somente se S tem a crença de que  $p$  (a condição da crença)<sup>1</sup>. É difícil perceber como seria possível atribuir conhecimento a um sujeito sobre uma determinada proposição quando esse sujeito sequer crê nessa proposição<sup>2</sup>.

Infelizmente, essas duas condições não são conjuntamente suficientes para o conhecimento. Considere o seguinte contraexemplo. Carla está em uma viagem de férias e crê que a sua casa foi assaltada. Imagine que a crença de que a sua casa foi assaltada é fruto de paranoia provocada por antidepressivos que Carla necessita ingerir. Imagine ainda que, de fato, um ladrão invadiu a sua casa e roubou o seu computador – ou seja, a crença de Carla é verdadeira –, mas a sua mãe resolveu não contar-lhe o ocorrido para não estragar a sua viagem. Claramente, como podemos observar neste exemplo, Clara não tem conhecimento de que a sua casa foi assaltada, embora ela tenha uma crença verdadeira. O motivo de considerarmos que Carla não sabe que a sua casa foi assaltada é que a sua crença verdadeira parece ser uma questão de mera coincidência

<sup>1</sup> Saber que  $p$  sem crer que  $p$  é uma tese que recebeu pouca atenção; cf. RADFORD, Colin, Knowledge – By Examples, in: *Analysis*, 27 (1966), p. 1-11. Por isso mesmo, podemos dizer, seguramente, que a condição da crença é amplamente aceita.

<sup>2</sup> Cf. LEHRER, Keith, *Theory of Knowledge*, Boulder, CO: Westview, 1990, sugere que o conhecimento não requer crença, mas apenas aceitação. Nesse caso, a sua proposta pode ser vista mais como uma modificação da condição da crença do que propriamente uma rejeição.

ou, como os epistemólogos costumam chamar, sorte epistêmica. A comunidade epistemológica amplamente concorda que casos de sorte accidental como o de Carla são incompatíveis com uma noção adequada de conhecimento<sup>3</sup>.

Assim, para garantir que a crença verdadeira de S em  $p$  não seja acidentalmente verdadeira, uma terceira condição faz-se necessária. Mas, o que pode tornar uma crença verdadeira de modo não accidental? Não há uma resposta unânime para esta questão e não há como respondê-la sem que entremos em terreno pantanoso. Conforme o que conhecemos por Análise Tradicional do Conhecimento (ATC), aquilo que torna uma crença verdadeira não accidental um caso de conhecimento é o fato de S estar justificado em crer que  $p$ , o que requer que S esteja de posse de *boas razões* para crer que  $p$ <sup>4</sup>. Ao combinar esta condição da justificação com as duas condições vistas anteriormente, chegamos à tradicional definição tripartite do conhecimento (DTC): S Sabe que  $p$  se e somente se: (i)  $p$  é verdadeira, (ii) S crê que  $p$  e (iii) S está justificado em crer que  $p$ .

Infelizmente, as condições (i)-(iii) não são suficientes para garantir o conhecimento. Não trataremos especificamente sobre os problemas de DTC<sup>5</sup>. Contudo, cabe mencionar algumas alternativas não tradicionais que pretendem capturar a ideia de não accidentalidade e fornecer uma definição adequada para o conhecimento. Alguns epistemólogos alegam que, para uma crença verdadeira tornar-se um caso de conhecimento, ela deveria ser produto de um processo cognitivo confiável. Outros afirmam que uma crença verdadeira só representa um caso de conhecimento quando ela é dita *segura*, ou seja, quando a crença de um sujeito não poderia facilmente ter sido falsa. Outros, ainda, pensam que uma crença verdadeira é um caso de conhecimento quando ela pode ser creditada às habilidades cognitivas ou virtudes intelectuais de um sujeito. Esses são apenas alguns exemplos de tentativas de fornecer uma definição adequada para o conhecimento, e está-se longe de possuir uma lista exaustiva.

Independentemente da visão tradicional ou das abordagens não tradicionais para o conhecimento, podemos perceber algo que é comum a todas elas, a saber, todas compreendem que, embora seja algo distinto, o conhecimento é algo diretamente relacionado à crença verdadeira. Assim, o ponto de partida de qualquer tentativa de construir uma nova teoria ou

<sup>3</sup> Cf. PRITCHARD, D., *Epistemic Luck*, New York: Oxford University Press, 2014, para uma discussão detalhada sobre sorte epistêmica.

<sup>4</sup> Alguns filósofos estariam dispostos a negar isso. Para eles, crenças fundacionais são justificadas apesar de não haver nenhuma outra razão que dê suporte a elas.

<sup>5</sup> Para isso, cf. GETTIER, Edmund, Is Justified True Belief Knowledge?, in: *Analysis*, 23 (1963), p. 121-123.

definição de conhecimento deve ser responder à seguinte questão: O que deve ser adicionado à crença verdadeira para obtermos conhecimento?

No seu livro *When is True Belief Knowledge?*<sup>6</sup>, Richard Foley rejeita todas as definições contemporâneas sobre o conhecimento em favor de uma nova abordagem epistêmica que, conforme as suas próprias palavras, “tem a capacidade de reorientar a teoria do conhecimento”<sup>7</sup>. Neste ensaio, pretendemos analisar a visão apresentada por Foley, bem como algumas críticas a ela apresentadas, para, finalmente, oferecermos uma maneira de torná-la mais forte e imune a tais críticas. Na primeira parte, será apresentada a teoria como proposta por Foley. Em seguida, na segunda parte, apresentaremos uma crítica à visão de Foley, segundo a qual há uma inescapável circularidade viciosa em seu pensamento, uma vez que ele não consegue explicar a diferença entre uma informação importante e uma informação não importante. Na terceira parte, apresento uma interpretação subjetivista de relevância epistêmica, apresentada originalmente por Floridi<sup>8</sup>, que melhora a visão proposta por Foley, além de rebater as objeções levantadas contra ela.

## 1 A visão de Foley

No livro *When is True Belief Knowledge* (2012), Richard Foley oferece uma teoria do conhecimento bastante original e extremamente simples, baseada em uma noção de informação, que pode ser especificada do seguinte modo:

A Visão de Foley (VF):

- Um sujeito *S* sabe uma proposição *p* se e somente se: (i) *p* é verdadeira, (ii) *S* crê que *p*, e (iii) *S* tem informação adequada sobre *p*.

Antes de prosseguirmos, algumas clarificações são importantes. Primeiramente, devemos entender a noção de informação em termos de crença verdadeira, como sugerido por Foley: “ter informação é uma questão de ter crenças verdadeiras”<sup>9</sup>. Segundo, a noção de adequação não

<sup>6</sup> Cf. FOLEY, Richard, *When is True Belief Knowledge?*, Princeton: Princeton University Press, 2012.

<sup>7</sup> Id. *ibid.*, p. 3. Não discutirei, aqui, sobre as características que tornam a tese de Foley superior às teses rivais. O meu interesse é apenas apresentar um melhoramento da proposta de Foley no tocante à distinção entre informação importante e não importante.

<sup>8</sup> Cf. FLORIDI, L., Understanding Epistemic Relevance, in: *Erkenntnis*, 69 (2008), p. 69-92.

<sup>9</sup> Cf. FOLEY, Richard, *op. cit.*, p. 3. A definição de informação que está por de trás do pensamento oferecido por Foley é uma definição que já pode ser encontrada in: DRETSKE, Fred, *Knowledge and the Flow of Information*, Cambridge: MIT Press, 1981, e in: FLORIDI, L., Information, in: FLORIDI, L. (Ed.), *The Blackwell Guide to the Philosophy of Computing and Information*, Oxford: Blackwell, 2004, p. 40-61. Para esses autores, informação é definida como dados semânticos, bem formados, com significado e verdadeiros.

deve ser entendida em termos de quantidade, pois mesmo uma pequena quantidade de informação sobre  $p$  pode ser suficiente para que se saiba que  $p$ . O que é importante, nesse sentido, é a qualidade da informação<sup>10</sup>. Terceiro, a “informação adequada”, presente em (VF), é definida, por Foley, de modo negativo, em termos da informação que falta ao sujeito, isto é, que ele não possui.

De acordo com a proposta de Foley, sempre que um sujeito estiver de posse de uma crença verdadeira, mas que não se configura enquanto um caso de conhecimento, haverá uma informação importante que lhe falta e que explica a sua ausência de conhecimento. Considere de novo o exemplo visto anteriormente, em que Carla crê verdadeiramente que o seu apartamento foi assaltado. Nesse caso, parece ficar claro que há uma informação que ela não possui, a saber, que um ladrão invadiu a sua casa e roubou o seu computador. Portanto, segundo Foley, para um sujeito saber que  $p$ , não poderia haver nenhuma falha importante com relação às suas informações. Foley reconhece que existem inúmeras verdades que podem ser associadas com qualquer situação em particular, portanto, mesmo o sujeito mais bem informado poderia não estar de posse de todas as verdades sobre uma determinada situação. Nesse sentido, para uma crença verdadeira ser qualificada como um caso de conhecimento dependerá da importância da informação que o sujeito não possui.

Tanto o caso de Carla quanto qualquer outro caso normal em que um sujeito tenha uma crença verdadeira de que  $p$  e não sabe que  $p$ , encontraremos a importante informação faltante. O que é uma informação importante? Foley não oferece uma definição precisa, ele apenas diz que não há uma característica comum às informações importantes. Tampouco essa parece ser uma questão que o preocupe, uma vez que ele considera que identificar informações importantes é uma tarefa simples. De qualquer modo, como sugerido pelo caso de Carla e como o último ponto sugere, há um modo fácil que pode ser aplicado para testar a tese de Foley:

Teste de Foley (TF):

- Se um sujeito  $S$  tem uma crença verdadeira sobre uma proposição  $p$  e não sabe que  $p$ , então deve ser possível identificar uma proposição  $q$  de modo que  $q$  é uma informação importante e  $S$  não crê que  $q$ .

A fim de tornar a argumentação mais persuasiva e ilustrar o funcionamento desse teste, Foley sugere o seguinte caso:

<sup>10</sup> Dizer que algo é informação já é, dada a sua definição, qualificá-la positivamente como algo que pode produzir conhecimento.

Antes de sair do seu escritório, Joan sempre coloca o seu *laptop* no canto da sua mesa. Sem que ela tenha notícia, o *laptop* acaba de ser roubado e encontra-se no canto da mesa na casa do ladrão. Joan crê que o seu *laptop* está no canto de uma mesa e, de fato, ele está, mas ela não sabe disso<sup>11</sup>.

Aplicando o Teste de Foley ao exemplo recém mencionado, temos a seguinte análise. Parece, claramente, que Joan possui uma crença verdadeira, mas que não é um caso de conhecimento. Isso por que, de fato, parece faltar-lhe uma importante informação sobre a sua situação epistêmica. Em particular, ela não está ciente de que o seu *laptop* foi roubado e que a mesa na qual ele se encontra agora é a mesa do ladrão. Dessa maneira, a sua crença verdadeira é apenas um golpe de sorte e não pode ser considerada um caso de conhecimento. Porém, se a importante informação fosse adicionada ao sistema de crenças de Joan (se ela tivesse a crença de que o seu *laptop* foi roubado e se encontra na mesa do ladrão), ela estaria em posição de saber que o seu *laptop* está no canto de uma mesa.

Alguns exemplos adicionais podem ajudar a clarificar a visão de Foley. Considere outro exemplo, o caso dos falsos celeiros, proposto originalmente por Ginet. Henry está dirigindo pelo campo, olhando para algumas construções edificadas ao longo da estrada. Ele vê algo que parece exatamente com um celeiro. Henry, assim, forma a crença de que aquela construção que ele vê é um celeiro. Imagine agora que aquela construção que ele vê é, de fato, um celeiro. Contudo, sem que Henry tenha notícia, inúmeras fachadas de celeiros – falsos celeiros, que se parecem exatamente com celeiros reais quando vistos da estrada – foram erguidas para uma filmagem cinematográfica. Se Henry tivesse olhado para o celeiro ao lado, ele teria facilmente sido enganado ao acreditar que ele estava vendo um celeiro. Felizmente, ele não fez isso<sup>12</sup>. Quando aplicamos o Teste de Foley a esse caso, teremos uma explicação adequada de por que Henry tem uma crença verdadeira e não tem conhecimento. Henry não tem conhecimento porque lhe falta ao menos uma informação importante sobre a situação em que ele se encontra, a saber, que há inúmeras fachadas de celeiro na região.

Outro exemplo bastante conhecido que podemos citar é um caso típico de loteria. Considere um sujeito que possui o bilhete “345” de uma loteria, em que há apenas um único bilhete vencedor. Imagine que esse sujeito forma uma crença verdadeira e altamente justificada de que ele não será

<sup>11</sup> Cf. FOLEY, Richard, op. cit., p. 6.

<sup>12</sup> Cf. GOLDMAN, Alvin, Discrimination and Perceptual Knowledge, in: *The Journal of Philosophy*, 73 (1976), p. 771-791.

o vencedor. Imagine ainda que o bilhete já tenha sido sorteado, mas que o sujeito ainda não tenha checado o resultado. Esse sujeito, de acordo com a visão de Foley, novamente falha em ter conhecimento, porque há uma informação importante sobre a sua situação que lhe falta, a saber, ele não possui a informação de que o bilhete vencedor foi o “9.435”.

Exemplos desse tipo são abundantes na literatura epistemológica, e o motivo de serem tão comuns parece se dever ao fato de que há uma característica essencial que lhes é compartilhada: eles se utilizam de um artifício literário muito particular, que se caracteriza por fornecer ao leitor importantes informações que o sujeito principal da história não possui. É o que poderíamos chamar, a partir de uma inspiração contextualista, de “contexto” ou “situação do atribuidor”<sup>13</sup>. Para Foley, quando tais exemplos são apresentados de modo a sugerir que a informação faltante é importante, julgamos que o sujeito, por essa razão, não possui conhecimento<sup>14</sup>.

Como podemos perceber, a visão defendida por Foley possui bastante poder explicativo. Ela fornece uma nova teoria do conhecimento, elegante e bastante intuitiva, que promete resolver problemas tais como o problema de Gettier, o paradoxo da loteria e o assim chamado problema do valor (epistêmico)<sup>15</sup>. De forma bastante direta, ele resolve esses problemas do seguinte modo. Primeiramente, à vítima de gettierização faltará uma importante informação que a impede de conhecer (como ilustrado no caso do *laptop* roubado). Em segundo lugar, o portador do bilhete de loteria não sabe que perdeu, apesar da enorme evidência ao seu dispor, pois ele não possui uma informação importante sobre o bilhete vencedor. Em terceiro lugar, saber que *p* é mais valioso do que crer verdadeiramente que *p*; a base para essa afirmação é a suposição de que uma crença

<sup>13</sup> WILLIAMS, Bernard, *Deciding to Believe*, in: WILLIAMS, Bernard (ed.), *Problems of the Self*, Cambridge: Cambridge University Press, 1973, p. 146, descreve essa situação como a “situação do examinador”: a situação na qual nós sabemos que *p* é verdadeira (ou falsa), algum sujeito *S* afirmou que *p* é verdadeira e nós nos perguntamos se *S* realmente sabe que *p*.

<sup>14</sup> Parece ser o caso que, quando uma informação será ou não importante, isso pode depender de ponderações de cunho intelectual ou prático, o que acaba por deixar uma porta aberta para visões como o invariantismo-sensível-ao-sujeito e o contextualismo. Contudo, Foley, não toma nenhum partido em definitivo; cf. FOLEY, Richard, op. cit., p. 21-30. O que pode ser concluído a partir de seu texto é que, se a sua visão deve implicar alguma forma de contextualismo, isso dependerá da possibilidade de uma versão invariantista plausível para tratar de informação adequada.

<sup>15</sup> Além disso, Foley considera um ponto positivo de sua visão a ruptura entre conhecimento e racionalidade/justificação. Na seguinte passagem, cf. id. *ibid.*, p. 126, ele explica a força de uma visão que rompe com a ideia de haver uma estreita ligação entre conhecimento e racionalidade/justificação: “Ela liberta a teoria do conhecimento a partir do dilema de ou ter que insistir em uma concepção excessivamente intelectual do conhecimento, segundo a qual é capaz de fornecer uma defesa intelectual de tudo o que se sabe, ou esforçar-se para introduzir uma noção não-tradicional de crença justificada, devido à definição de conhecimento ser pensada como exigindo isso”.

verdadeira é valiosa e que o sujeito possui ao menos um pouco mais (e normalmente muito mais) dessa valiosa mercadoria quando ele sabe que  $p$  do que quando apenas crê verdadeiramente<sup>16</sup>.

## 2 Objeção da circularidade

Como vimos na seção anterior, um componente central da tese apresentada por Foley é que um sujeito tem conhecimento somente se não lhe falta nenhuma informação importante. Para sustentar essa tese, deve-se assumir que é possível distinguir informação importante de informação não importante sem que se faça referência ao conhecimento. Como o próprio Foley admite, logo no início do seu livro, a sua tese principal só assume importância filosófica se informação puder ser entendida de maneira independente de conhecimento. No entanto, alguns epistemólogos entendem que há um problema na tese apresentada por Foley, justamente nessa última questão. Eles afirmam que Foley acaba por tratar informação e conhecimento como sinônimos, noções não independentes. Além disso, acusam Foley de não fornecer uma explicação adequada para distinguir uma informação importante de uma informação não importante. Na verdade, a acusação é ainda mais séria: não há como fazer tal distinção sem, em última instância, fazer referência ao conhecimento.

Michael Hannom apresenta o seguinte exemplo para ilustrar a sua crítica<sup>17</sup>. Imagine que um sujeito  $S$  compra um bilhete de uma loteria que possui um milhão de bilhetes. Imagine que não é uma loteria viciada, que o bilhete ( $B_{543}$ ) já foi sorteado e que  $S$  ainda não teve ciência do bilhete vencedor.  $S$  acredita, justificadamente (baseado em evidência probabilística), que o seu bilhete ( $B_{345}$ ) não é o vencedor. Além disso, a crença de  $S$  é verdadeira, a saber, o bilhete ( $B_{345}$ ) não é o vencedor. No entanto,  $S$  não sabe que o bilhete ( $B_{345}$ ) não é o vencedor.

Seguindo a análise de Foley, deve haver alguma informação importante que falta para  $S$ , e que é responsável por explicar por que ele não tem conhecimento. Ao aplicarmos o Teste de Foley, temos o seguinte diagnóstico: deve haver uma proposição  $q$ , de modo que  $q$  é uma informação importante e  $S$  não crê que  $q$ . Aparentemente, tudo está certo, mas – dado que um grande número de informações pode ser associado com qualquer situação particular e dificilmente alguém estará de posse de todas elas – Hannom coloca a seguinte questão: qual proposição (informação) faltante causou a importante falha no sistema epistêmico

<sup>16</sup> Ibid., p. 72.

<sup>17</sup> Cf. HANNOM, Michael, Is True Belief Knoeldeg Plus Adequate Information?, in: *Erkenntnis*, 79:5 (2014), p. 1069-1076.

de S? Para Foley, S não sabe que o (seu) bilhete ( $B_{345}$ ) não é o vencedor porque ele não possui a seguinte informação importante:

(1) O bilhete ( $B_{543}$ ) é o vencedor.

S não sabe, especificamente, qual bilhete é o vencedor e, portanto, não sabe que perdeu. Mas, o que seria necessário para S saber que o seu bilhete não é o vencedor? Bem, uma forma bastante comum através da qual pessoas têm conhecimento de que perderam (ou ganharam) é checando os números jogados com algum anunciante oficial. Caso S tome conhecimento a partir de um anunciante oficial que o bilhete ( $B_{543}$ ) foi o sorteado, então S poderá saber que o (seu) bilhete ( $B_{345}$ ) não é o vencedor. Entretanto, essa não parece ser a única maneira para se adquirir conhecimento de que o seu bilhete é o perdedor. Hannon sugere que imaginemos um mundo onde o anúncio sobre a loteria não disponibiliza os números sorteados, apenas informa que o bilhete ( $B_{345}$ ) não foi o sorteado (talvez S seja uma importante celebridade, e o público anseia saber se S é o vencedor)<sup>18</sup>. Nessas circunstâncias, parece que S poderia vir a saber que o (seu) bilhete ( $B_{345}$ ) não é o vencedor. Se isso está correto, então parece que S preencheu a ausência de informação que o impedia de saber. Contudo, qual é a informação importante que S adquiriu e que lhe faltava anteriormente ao anúncio? A importante informação que lhe faltava não era a de que o bilhete de S não era o vencedor. Por que não? Porque Foley define informação como crença verdadeira, e S já acreditava verdadeiramente que o seu bilhete não era o vencedor. Se essa análise está correta, então, de acordo com Foley, S poderia saber que o seu bilhete é o perdedor, ainda que ele não tenha tido ciência sobre qual bilhete é, especificamente, o vencedor. Esse seria, segundo Hannon, um contraexemplo à tese de Foley.

Para Hannon, não poderíamos assumir com antecedência que há alguma informação importante sem, conseqüentemente, assumir a conclusão que Foley está defendendo, a saber, que um sujeito não tem conhecimento, uma vez que lhe falta uma informação importante. A importância de uma informação não pode ser determinada porque alguém não possui conhecimento. Isso acabaria, como sugere Hannon, na obtenção de uma ordem contrária de explicação:

- (I) No tempo  $T_1$  (antes do anúncio) S não sabia, mas agora em  $T_2$  (depois do anúncio) S sabe.
- (II) S adquiriu uma verdade,  $q$ , em  $T_2$ , que lhe faltava em  $T_1$ .
- (III) Logo,  $q$  deve ser uma verdade importante.

<sup>18</sup> LITTLE-JOHN, Clayton, Review: When is True Belief Knowledge?, in: *Notre Dame Philosophical Reviews*, (2012), faz uma colocação semelhante.

Hannon pretende mostrar que, ao classificar a importância de qualquer informação retroativamente, estar-se-ia cometendo petição de princípio, pois informações importantes seriam definidas em relação ao conhecimento. Além disso, Foley não manteria a independência do conceito de informação em relação à noção de conhecimento. Hannon não tem a intenção de trivializar a visão proposta por Foley oferecendo a seguinte definição:

Informação importante =<sub>df</sub> qualquer informação próxima adquirida no processo de aquisição de conhecimento.

No entanto, ele afirma não enxergar que outro resultado seja possível a partir da explicação oferecida por Foley. Para ele, ainda que existam outras informações que S pode obter durante o processo de aquisição de conhecimento, simplesmente estipular que qualquer informação é importante acaba por incorrer em uma circularidade viciosa.

Foley reconhece que existem inúmeras maneiras de determinar a importância de uma informação e que a tal importância seria derivada de uma complexa rede ou de ligações relacionadas com valores, preocupações, riscos, etc. Entretanto, não deixa claro como explicar por que o desconhecimento de S acerca de qual bilhete é o vencedor adquire importância na situação anterior ao anúncio, mas não na situação posterior, sem que se volte para o conhecimento de S.

Imaginemos como Foley poderia, inicialmente, responder a isso. Uma primeira sugestão seria dizer que S, na verdade, não adquiriu nenhuma (nova) informação como resultado do anúncio. Mas, contrariamente, poderia ser o caso que a falta de ciência acerca de qual bilhete foi o sorteado não seja mais importante depois que o anúncio foi feito. Hannon critica uma saída dessa natureza, pois afirma que seria necessário explicar por que tal informação não seria mais importante, e de uma maneira que não fizesse referência ao conhecimento. Para ele, o fato de S não estar de posse da informação acerca de qual bilhete é o vencedor não pode deixar de ser importante simplesmente porque agora S sabe que o seu bilhete é o perdedor, o que corresponderia a definir informações importantes em termos de conhecimento.

### **3 Relevância epistêmica: determinando a importância da informação**

Até agora foi possível perceber que a ideia central da tese sustentada por Foley é que considerar uma crença verdadeira como um caso de conhecimento depende da importância da informação que falta ao agente

epistêmico. No entanto, Foley não oferece uma explicação acerca de qual critério deveríamos utilizar para classificarmos ou diferenciarmos as informações importantes das informações não importantes. A falta desse critério levou alguns epistemólogos a acusarem a visão de Foley de circularmente viciosa, afirmando que não há como distinguir, de modo não circular, uma informação importante de uma informação não importante, sem que, em última instância, faça-se referência ao conhecimento.

Acredito que os seus críticos estão equivocados sobre esse ponto. É possível, sim, definir uma informação importante sem fazer referência ao conhecimento. No que segue, apresento uma interpretação subjetivista da relevância epistêmica, originalmente proposta por Floridi<sup>19</sup>, capaz de fornecer um critério objetivo para distinguirmos a qualidade da informação. Trata-se de uma tese baseada em uma análise contrafactual e metateórica do grau de relevância de uma informação *i* em relação a um agente *a*, a partir de uma função entre a precisão *i* entendida como resposta a uma pergunta *q*, dada a probabilidade de *q* ser perguntada por *a*.

Não é tão surpreendente quanto possa parecer, pelo menos não inicialmente, o fato de Foley não se preocupar em oferecer uma caracterização precisa para identificar informações importantes, por pensar que essa é uma tarefa bastante simples. Como sugere Strawson, “fazer afirmações não é uma atividade humana gratuita e aleatória. Não oferecemos, a não ser em casos de desespero social, partes isoladas e desconectadas de informações uns aos outros”<sup>20</sup>. Ao invés disso, de acordo com o seu princípio de relevância, “temos a intenção de fornecer ou adicionar informações sobre o que está em jogo ou é de interesse imediato”<sup>21</sup>. Strawson parece estar correto sobre esse ponto, e, se esse é o caso, então, como podemos notar, o meio mais comum a partir do qual identificamos o fornecimento ou a adição de informações é através de interações de perguntas e respostas. Nesse sentido, podemos pensar em uma definição inicial a partir de um caso muito básico sobre a relevância de informação.

É comumente entendido que alguma informação *i* é relevante (*R*) para um agente *a*, com relação a um domínio *d*, em um contexto *c*, dado um nível de abstração *n*, se e somente se

- (i) Um agente *a* pergunta (*Q*) uma questão *q* sobre *d* em *c* dado *n*, isto é,  $Q(a, q, d, c, n)$  e
- (ii) Uma informação *i* satisfaz (*S*)*q* enquanto resposta sobre *d* em *c* dado *n*, isto é,  $Q(a, q, d, c, n)$

<sup>19</sup> Cf. FLORIDI, L., *Understanding Epistemic Relevance*, op. cit., p. 69-92.

<sup>20</sup> Cf. STRAWSON, P., *Identifying Reference and Truth-Value*, in: *Theoria*, 30 (2), p. 96-118; reimpresso in: STRAWSON, P., *Logicolinguistic Papers*, London: Methuen, 1971, p. 75-95.

<sup>21</sup> Id. *ibid*.

Resumindo:

$$(1) R(i) \leftrightarrow (Q(a, q, d, c, n) \wedge S(a, q, d, c, n))$$

A ideia central em (1) é bastante simples: a informação  $i$ , “a aula começa as 13:15h”, é relevante para Luís se e somente se Luís se perguntar (ou for perguntado) sobre esse item de informação em uma determinada circunstância, com as convenções linguísticas normais, e  $i$  satisfizer o seu questionamento. Essa formulação inicial de relevância é bastante popular e possui algumas motivações importantes<sup>22</sup>. Primeiramente, ela identifica informação (semântica) como sendo o item portador de relevância<sup>23</sup>. Em segundo lugar, ela transforma a relevância em um conceito orientado pelo agente, ou seja, leva em consideração os interesses (epistêmicos) do agente tornando explícito que a relevância de  $i$  é dependente de seus questionamentos  $q$ , visto que nenhuma informação é relevante *per se*. Em terceiro lugar, ela casa a relevância com o domínio, o contexto e os níveis de abstração nos quais a relevância da informação é analisada – uma informação pode ser relevante, ou não, dependendo da situação em que um agente se encontra. Em quarto lugar, fornece um sentido objetivo de relevância na medida em que  $i$  não é qualquer informação, mas apenas aquela informação que realmente satisfaz  $q$ . E, por último, restringe o grau de subjetividade envolvido na análise da relevância, pois assume que um determinado agente  $a$  é uma espécie de agente racional que satisfaz a ideia da “suposição prévia comum” (*common prior assumption*)<sup>24</sup>.

Além de popular, esse modelo é bastante controverso. No entanto, não nos interessa aqui reconstruir ou discutir essa controvérsia. O que

<sup>22</sup> A fórmula (1) é tão popular que a encontramos aplicada a diversos serviços, tais como o Ebay e a Amazon, quando esses sugerem aos usuários novos itens que podem ser relevantes (do seu interesse), dadas as suas pesquisas passadas. Outros exemplos são as bases de dados que utilizam pesquisas booleanas, tal como o Google.

<sup>23</sup> Cf. COHEN, J., Some Steps Towards a General Theory of Relevance, in: *Synthese*, 101 (1994), p. 171-185, para uma convincente defesa de que relevância deve ser entendida em termos proposicionais.

<sup>24</sup> De acordo com a ideia da suposição prévia comum ou doutrina Harsanyi (cf. HARSANYI, J., Games with Incomplete Information Played by 'Bayesian' Players – Parts 1, 2, 3, in: *Management Science*, 14 (1968), p. 159-182, 320-334, 486-502), se dois ou mais agentes racionais compartilham um conjunto de crenças, a suposição prévia comum sobre um possível estado do mundo (expressada por meio de uma distribuição de probabilidades sobre todos os estados possíveis), então, se algum agente receber alguma informação nova sobre o mundo e atualizar o seu conjunto de crenças, tornando-o condicional (aprendizagem bayesiana) à informação recebida, ele obtém a mesma probabilidade revista (a probabilidade posterior). Então, se as suas novas crenças atualizadas diferem, a conclusão é que isso ocorre porque os agentes receberam informações diferentes. Como AUMANN, R. J., Agreeing to Disagree, in: *Annals of Statistics*, 4:6 (1976), p. 1236-1239, sinteticamente colocou: “diferenças nas probabilidades subjetivas devem ser rastreadas exclusivamente pelas diferenças de informação”.

nos interessa é que ainda que tal definição de relevância seja um modelo abstrato e idealizado, podemos tê-lo como um caso realista (aplicável) acerca de como deveria ser o comportamento de agentes epistêmicos. Essa proposta também pretende definir a como pertencendo à classe de agentes (racionais) que – em compartilhando as mesmas informações acerca da provável realização de um evento (uma conclusão) – deveriam manter as mesmas crenças sobre ele (ambos deveriam alcançar a mesma atribuição de probabilidade subjetiva). Isso permite que a diferença de crenças entre agentes racionais, e em seus processos inquisitórios, seja totalmente explicável a partir de diferenças em suas informações<sup>25</sup>.

Devemos ser cuidadosos ao interpretar essa posição e notar que ela não faz nenhuma referência a quaisquer possíveis inclinações idiossincráticas de um determinado agente epistêmico, tampouco de suas análises fenomenológicas. Pelo contrário, a conexão entre uma explicação baseada na orientação-do-informante e na satisfação-inquisitória é capaz de explicar como (1) suporta uma interpretação *subjetivista* da relevância epistêmica em termos do grau de interesse de um agente a em uma informação *i*.

Contudo, (1) não se apresenta como uma definição completamente satisfatória, pois deixa algumas questões importantes não respondidas. Primeiramente, ela parece carecer de mais força explanatória, dado que a relação entre *i* e *q* parece não ser mencionada: o quão *adequada* *i* deve ser para caracterizar-se como resposta para *q*, a fim de que seja computada enquanto informação relevante? Em segundo lugar, ela é pouco refinada, pois falha em distinguir entre graus de relevância: pode ser relevante, para um agente *a*, a informação de que a aula está atrasada em uma hora ao invés de 10 minutos. Terceiro, ela é frágil, pois nos força a declarar irrelevante uma informação *i* quando a condição  $Q(a, q, d, c, l)$  não é satisfeita. Por exemplo, obviamente, mesmo que *a* não inquirir sobre *q*, *i* ainda pode ser muito relevante para *q* (mantendo-se inalterada a questão *q*, sobre *d*, em *c*, com *l*).

Uma maneira de revisar (1) é tentar tornar mais explícita a relação entre *q* e *i*, e isso pode ser feito mediante uma revisão probabilística. Move-se, portanto, de uma noção rígida de implicação dupla para uma noção mais flexível e funcional entre o grau de relevância e o grau de probabilidade das duas condições de inquisição e resposta. Para fazer

<sup>25</sup> Na teoria dos jogos, esse fenômeno é entendido como um procedimento através do qual é possível alcançar um consistente alinhamento de crenças. Além disso, podemos mencionar duas consequências adicionais que são implicadas por essa noção: (i) agentes racionais não podem possuir a mesma informação e concordar em discordar sobre a probabilidade de algum evento passado ou futuro. Na verdade, eles devem chegar, de modo independente, às mesmas conclusões, e (ii) eles não podem surpreender um ao outro com novas informações.

isso, é preciso fazer uso de algumas noções comumente usadas em análises estatísticas, a saber, “validade” (*validity*), “conformação” (*accuracy*) e “precisão” (*precision*). Para começar, devemos considerar A como o grau de conformação/adequação da resposta, isto é, o grau em que *i* satisfaz *q* sobre *d*, em *c*, com *l*. Depois, podemos definir A adaptando a noção estatística de validade, que é a combinação da conformidade com a precisão<sup>26</sup>. Nesse sentido, portanto, diríamos que *i* é uma resposta adequada para *q* na medida em que ela seja uma resposta *válida* para *q*, isto é, desde que ela seja uma resposta *precisa* e *conformada*. A partir disso, podemos reformular (1) tornando-a mais flexível e adequada às nuances desse processo inquisitório:

$$(2) R(i) = P(Q(a, q, d, c, n)) \times S(A(i, q, d, c, n))$$

Em (2), portanto, está sendo considerada a probabilidade de a perguntar por *q* e a probabilidade de *i* ser uma resposta adequada para *q*. Infelizmente, a probabilidade de se fazer ou colocar uma questão não tem relação com a probabilidade de se receber uma resposta adequada. Desse modo, os dois eventos são independentes um do outro e a sua conjunção teve de ser traduzida em uma simples multiplicação. Obtemos, como resultado positivo a partir de (2), que quanto mais provável for para a perguntar por *q* e mais adequado for *i* enquanto resposta para *q*, mais relevante *i* se torna para *a*.

Infelizmente, (2) também exhibe uma dificuldade grave, a saber, a relevância epistêmica de *i* diminui muito rapidamente em comparação com a diminuição da probabilidade de *Q*, tornando-se, em alguns casos, completamente contraintuitiva<sup>27</sup>. O problema se apresenta quando a probabilidade de *q* ser perguntada por *a* tende a 0, enquanto a probabilidade de *i* ser uma resposta adequada para *q* tende a 1. Nesse caso, *i* torna-se cada vez mais irrelevante epistemicamente, porque cada vez mais torna-se improvável que *a* pergunte por *q*, mesmo quando a conformidade de *i* seja cada vez mais próxima, ou igual, a 1.

Para resolver esse problema, uma solução é adotar uma análise contrafactual para (2). Assim, ao invés de analisarmos a probabilidade de *a* perguntar por *q*, deveríamos considerar dois cenários:

<sup>26</sup> “Conformidade” (*accuracy*) é o grau de concordância de uma medida ou de um parâmetro calculado em relação ao seu valor factual (verdadeiro). “Precisão” (*precision*), também chamada de “repetitividade” ou “reprodutibilidade”, é o grau com o qual medições e cálculos posteriores demonstram os mesmos, ou similares, resultados.

<sup>27</sup> De modo bastante realista, um agente *a* não pode ser considerado onisciente, mesmo que *a* fosse considerado um ser logicamente modal; cf. FLORIDI, L., *The Logic of Being Informed*, in: *Logique et Analyse*, 49:196 (2006), p. 433-460.

- (a) a situação na qual a pergunta por  $q$ , isto é,  $P(Q) = 1$ , e
- (b) a situação na qual a não pergunta, mas poderia perguntar por  $q$ , isto é,  $0 \leq P(Q) < 1$ .

Em (a), a única variável que conta é a probabilidade de  $i$  ser ou não adequada. Já em (b), pode-se considerar a probabilidade de que a poderia ter perguntado sobre  $q$  se a tivesse sido suficientemente informado<sup>28</sup>. Considere a seguinte formulação revisada (em que utilizaremos o símbolo “ $\mapsto$ ” para implicação contrafactual e simplificaremos a notação omitindo  $(q, d, c, n)$ ):

$$(3) R(i) = \begin{cases} P(A(i)) & \text{se } P(Q(a) = 1, \text{ e} \\ P(Ia(i) \mapsto Q(a)) \times P(A(i)) & \text{se } 0 \leq P(Q(a)) < 1 \end{cases}$$

Como pode ser presumido, a segunda linha em (3) afirma que a relevância epistêmica de  $i$  é uma função da probabilidade de  $i$  ser uma resposta adequada para  $q$ , multiplicada pela probabilidade de  $q$  ser perguntada por  $a$ , caso  $a$  fosse suficientemente informado sobre a disponibilidade de  $i$ . Essa reformulação resolve um problema encontrado em (2), que diz respeito à opacidade da relevância epistêmica: o mundo é informativamente opaco para  $a$ , pelo menos empiricamente. Por isso mesmo, alguém pode, frequentemente, falhar em solicitar as informações que, na verdade, seriam epistemologicamente relevantes para ela – quando a situação é vista a partir de uma espécie de olhar divino. Contudo, uma última revisão ainda precisa ser feita em (3), para evitar dois problemas: o que podemos chamar de circularidade contrafactual<sup>29</sup> e o paradoxo contrafactual da informação semântica (uma versão do paradoxo de Menon).

Considere que ainda poder-se-ia contar com a racionalidade de um agente  $a$  para avaliar a relevância epistêmica de  $i$  em relação a ele próprio, sem fornecer o conteúdo de  $i$ , mas apenas algumas informações sobre a sua disponibilidade. Afinal, caso tivesse sido dito que novas informações ( $ni$ ) sobre  $d$  estavam disponíveis, então, na medida em que  $a$  tivesse uma pergunta para adquirir  $i$ , segue-se que  $i$  teria sido mais ou menos epistemologicamente relevante para  $a$ . Agora, uma forma simples de construir ( $ni$ ) é mudando o nível de abstração  $n$ . Por exemplo, caso  $a$  tivesse sido informado de que algo havia mudado em relação ao calendário da reunião ( $n$  superior), provavelmente  $a$  teria perguntado o

<sup>28</sup> Estar “suficientemente informado”, nesse caso, significa ter alguma informação sobre a disponibilidade de  $i$ .

<sup>29</sup> Para isso, deve-se adotar uma posição semântica para tratar de mundos possíveis à la Stalnaker-Lewis, ao invés de uma interpretação metalinguística aos moldes de Goodman.

que havia mudado, e a informação de que a reunião tinha sido cancelada ( $n$  inferior) seria, então, corretamente analisada como altamente relevante para  $a$ . Mas, na maioria dos casos, o agente não está informado de que existe ( $ni$ ) disponível. Ao invés disso, ele pode estar informado apenas de que *pode haver* ( $ni$ ) disponível. Assim, ao invés de analisar a probabilidade de  $a$  perguntar por  $q$  (em  $d, c, n$ ), caso  $a$  fosse avisado de que existe informação nova ( $ni$ ) disponível acerca de  $d$  em  $n$ , deveria ser considerado, de forma mais realista, o caso em que se é informado de que há uma probabilidade  $P > 0$  de que possa haver nova informação ( $ni$ ) sobre  $d$  em  $n$ , ou seja,  $P(IaP(ni, n') \mapsto Q(a, n''))$ <sup>30</sup>. A fórmula revista é a seguinte, com as simplificações usuais:

$$(4) R(i) = \begin{cases} P(A(i, n'')) & \text{se } P(Q(a, n'')) = 1, \\ P(IaP(ni, n') \mapsto Q(a, n'')) \times P(A(i, n'')) & \text{se } 0 \leq P(Q(a, n'')) < 1 \end{cases}$$

Devemos considerar que a disponibilidade de novas informações sobre  $d$ , adquiridas em um nível de abstração superior, é como um envelope selado:  $a$  está informado de que novas informações estão disponíveis no seu interior, mas não possui o conteúdo informativo específico (compare isso com a mensagem “Você recebeu um e-mail”, enviado por um cliente de e-mail). Desse modo, nenhuma versão do paradoxo de Menon pode instalar-se.

## Considerações finais

Como vimos, Foley nos oferece uma análise sobre o conhecimento bastante original e simples, que pretende explicar de forma mais intuitiva antigos e novos problemas epistemológicos, empregando uma noção de informação. Embora seja realmente muito atraente a visão por ele apresentada, algumas explicações não foram suficientemente desenvolvidas ao longo do seu livro. Isso faz com que a sua visão seja colocada sob suspeita, além de deixá-la suscetível a algumas objeções importantes. Nesse texto, focamo-nos mais detalhadamente sobre uma objeção levantada contra a tese de Foley, conforme apresentada por Hannon. Para ele, não há uma maneira não circular de distinguir informação importante de informação não importante, sem que se faça, em última instância, referência à própria noção de conhecimento.

<sup>30</sup> Deve-se atentar para o escopo das duas probabilidades: a fórmula não deve ser interpretada como um caso problemático sobre probabilidade de segunda ordem (cf. GAIFMAN, H., *A Theory of Higher-Order Probabilities*, in: SKYRMS, B. & HARPER, W. (eds.), *Causation, Chance and Credence*, London-Ontario: University of Western Ontario Press, 1988), ou seja, tal como se o contrafactual dependesse da probabilidade acerca da probabilidade de  $a$  estar informado. Na verdade,  $a$  é que está informado sobre a probabilidade de  $ni$ .

Essa objeção pode ser entendida como sendo motivada por duas falhas cometidas por Foley na apresentação de sua visão. Primeiramente, diz respeito à definição de informação que ele oferece. Foley diz que informação é crença verdadeira. Sim, mas o problema é que essa definição está incompleta. O sentido de informação que está por trás do pensamento de Foley já pode ser encontrado em Dretske<sup>31</sup> e em Floridi<sup>32</sup>. Para esses autores, informação é definida como dados semânticos, bem formados, com significado e verdadeiros. Nesse sentido, quando consideramos que Foley está, na verdade, de acordo com essa definição, podemos perceber que não há, à primeira vista, nenhuma identificação com a noção de conhecimento, isto é, não são sinônimos. Em segundo lugar, Foley realmente não oferece uma explicação adequada para a distinção entre informação importante e informação não importante. E essa lacuna realmente promove algumas dificuldades para a sua tese.

Para resolver esse problema e fornecer uma distinção adequada para informação importante e informação não importante, buscamos uma interpretação de relevância epistêmica de informação que foi originalmente proposta por Floridi, embora em um contexto não relacionado diretamente à questão do conhecimento. Segundo essa interpretação, foi possível distinguir uma informação importante de uma não importante, através de uma explicação baseada em uma análise contrafactual e metateórica do grau de relevância de uma informação *i* em relação a um agente *a*, a partir de uma função entre a precisão *i* entendida como resposta a uma pergunta *q*, dada a probabilidade de *q* ser perguntada por *a*. Embora essa interpretação possa inicialmente parecer demasiadamente idealizada, ela pode muito bem ser aplicada e entendida como um caso realista acerca de como deveria ser o comportamento de agentes epistêmicos.

Ao adicionarmos essa interpretação subjetivista de relevância epistêmica da informação à visão apresentada por Foley, acabamos por fortalecê-la, além de torná-la imune frente às objeções que contenham o mesmo teor da objeção apresentada por Hannon. A visão apresentada por Foley, dessa forma, ganha mais plausibilidade e um maior apelo explicativo.

## Referências

- AUMANN, R. J. Agreeing to Disagree. In: *Annals of Statistics*, 4:6 (1976), p. 1236-1239.
- COHEN, J. Some Steps Towards a General Theory of Relevance. In: *Synthese*, 101 (1994), p. 171-185.

<sup>31</sup> Cf. DRETSKE, Fred, op. cit., 1981.

<sup>32</sup> Cf. FLORIDI, L., Information, in: FLORIDI, L. (ed.), op. cit., p. 40-61; IDEM, Outline of a Theory of Strongly Semantic Information, in: *Minds and Machines*, 14:2 (2004), p. 197-222.

- DRETSKE Fred. *Knowledge and the Flow of Information*. Cambridge: MIT Press, 1981.
- FLORIDI, L. Information. In: FLORIDI, L. (ed.). *The Blackwell Guide to the Philosophy of Computing and Information*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 40-61.
- \_\_\_\_\_. Outline of a Theory of Strongly Semantic Information. In: *Minds and Machines*, 14:2 (2004), p. 197-222.
- \_\_\_\_\_. The Logic of Being Informed. In: *Logique et Analyse*, 49:196 (2006), p. 433-460.
- \_\_\_\_\_. Understanding Epistemic Relevance. In: *Erkenntnis*, 69 (2008), p. 69-92.
- FOLEY, R. *When is True Belief Knowledge?* Princeton: Princeton University Press. 2012.
- GAIFMAN, H. A Theory of Higher-Order Probabilities. In: SKYRMS, B.; HARPER, W. (eds.). *Causation, Chance and Credence*. London-Ontario: University of Western Ontario Press, 1988.
- GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge? In: *Analysis*, 23 (1963), p. 121-123.
- GOLDMAN, Alvin. Discrimination and Perceptual Knowledge. In: *The Journal of Philosophy*, 73 (1976), p. 771-791.
- HANNOM, Michael. Is True Belief Knowledge Plus Adequate Information? In: *Erkenntnis*, 79:5 (2014), p. 1069-1076.
- HARSANYI, J. Games with Incomplete Information Played by 'Bayesian' Players – Parts 1, 2, 3. In: *Management Science*, 14 (1968), p. 159-182, 320-334, 486-502.
- JAMES, W. The Will to Believe. In: *New World*, 5 (1896), p. 327-347.
- LEHRER, Keith. *Theory of Knowledge*. Boulder, CO: Westview, 1990.
- LITTLE-JOHN, Clayton. Review: When is True Belief Knowledge? In: *Notre Dame Philosophical Reviews*, (2012).
- PRITCHARD, D. *Epistemic Luck*. Oxford: Clarendon Press, 2007. (Also PRITCHARD, D. *Epistemic Luck*. New York: Oxford University Press, 2014.)
- RADFORD, Colin. Knowledge – By Examples. In: *Analysis*, 27 (1966), p. 1-11.
- STRAWSON, P. Identifying Reference and Truth-Value. In: *Theoria*, 30 (2), p. 96-118. Reimpresso in: STRAWSON, P. *Logicolinguistic papers*. London: Methuen, 1971. p. 75-95.)
- WILLIAMS, B. Deciding to Believe. In: WILLIAMS, B. (ed.). *Problems of the Self*. Cambridge: Cambridge University Press, 1973. p. 136-151.

Recebido em: 04.03.2015

Aprovado em: 09.06.2015